

ÍNDICE GERAL

• Lista de Abreviaturas	9
• Índice Cronológico Geral.....	11
▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
• Índice Sistemático da Constituição Federal	26
• Constituição da República Federativa do Brasil.....	29
• Ato das Disposições Constitucionais Transitórias	109
• Emendas Constitucionais.....	131
▪ CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	
• Índice Sistemático do Código de Processo Civil	140
• Exposição de Motivos do Código de Processo Civil	147
• Código de Processo Civil	154
▪ LINDB	
• Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	244
▪ CÓDIGO CIVIL	
• Índice Sistemático do Código Civil	248
• Código Civil.....	258
▪ LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR	
• Legislação Complementar.....	354
▪ REGIMENTOS INTERNOS	
• Supremo Tribunal Federal.....	1362
• Superior Tribunal de Justiça.....	1390
▪ SÚMULAS	
• Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal	1428
• Súmulas do Supremo Tribunal Federal	1431
• Súmulas do Superior Tribunal de Justiça	1449
• Súmulas do Extinto Tribunal Federal de Recursos – TFR	1466
▪ ENUNCIADOS	
• Enunciados das Jornadas de Direito Administrativo	1474
▪ ÍNDICES	
• Índice Alfabético-Remissivo das Súmulas.....	1476
• Índice Alfabético-Remissivo – Direito Administrativo	1479
• Índice das Leis por Assunto.....	1525

ÍNDICE CRONOLÓGICO GERAL

■ LEIS COMPLEMENTARES

LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993	541
<i>Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993	546
<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993	597
<i>Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998	733
<i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	788
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 14 DE JULHO DE 2000	801
<i>Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001	819
<i>Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001	821
<i>Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (EXCERTOS)	902
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011	1008
<i>Fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 13 DE JANEIRO DE 2012	1016
<i>Regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 142, DE 8 DE MAIO DE 2013	1049
<i>Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015	1120
<i>Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 182, DE 1º DE JUNHO DE 2021	1302
<i>Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021	1310
<i>Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de</i>	

dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 2 DE JULHO DE 2024 (EXCERTOS)	1354
<i>Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.</i>	

▪ DECRETOS-LEI

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	354
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 (EXCERTOS)	356
<i>Código Penal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	361
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 (EXCERTOS)	365
<i>Código de Processo Penal.</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942	368
<i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.812, DE 8 DE OUTUBRO DE 1942	368
<i>Dispõe sobre a requisição de bens imóveis e móveis, necessários às forças armadas e à defesa passiva da população, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946.....	372
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	410
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	426
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 271, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967	428
<i>Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências.</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970	429
<i>Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos.</i>	
DECRETO-LEI Nº 2.398, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1987	455
<i>Dispõe sobre foros, laudêmios e taxas de ocupação relativas a imóveis de propriedade da União, e dá outras providências.</i>	

▪ LEIS

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950.....	385
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.</i>	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950.....	386
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.</i>	
LEI Nº 1.408, DE 9 DE AGOSTO DE 1951	392
<i>Prorroga vencimento de prazos judiciais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	392
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito.</i>	
LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961.....	393
<i>Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.</i>	
LEI Nº 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962 (EXCERTOS).....	395
<i>Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962.....	397
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.</i>	

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	397
<i>Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.</i>	
LEI Nº 4.619, DE 28 DE ABRIL DE 1965.....	405
<i>Dispõe sobre a ação regressiva da União contra seus Agentes.</i>	
LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	406
<i>Regula a ação popular.</i>	
LEI Nº 4.769, DE 9 DE SETEMBRO DE 1965	408
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 5.172, DE 25 DE OUTUBRO DE 1966 (EXCERTOS)	410
<i>Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.</i>	
LEI Nº 5.972, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1973	435
<i>Regula o procedimento para o registro da propriedade de bens imóveis discriminados administrativamente ou possuídos pela União.</i>	
LEI Nº 6.185, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1974	436
<i>Dispõe sobre os servidores públicos civis da Administração Federal direta e autárquica, segundo a natureza jurídica do vínculo empregatício, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.226, DE 14 DE JULHO DE 1975.....	436
<i>Dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria.</i>	
LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976	437
<i>Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 6.453, DE 17 DE OUTUBRO DE 1977	439
<i>Dispõe sobre a responsabilidade civil por danos nucleares e a responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977	441
<i>Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979	441
<i>Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.</i>	
LEI Nº 6.830, DE 22 DE SETEMBRO DE 1980.....	450
<i>Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 (EXCERTOS).....	453
<i>Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	453
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988.....	457
<i>Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.735, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989.....	458
<i>Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	459
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.027, DE 12 DE ABRIL DE 1990.....	460
<i>Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990.....	461
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.....	464
<i>Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.....	475
<i>Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	484
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991.....	506
<i>Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991	507
<i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizam culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	508
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.437, DE 30 DE JUNHO DE 1992	515
<i>Dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.443, DE 16 DE JULHO DE 1992.....	516
<i>Dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.448, DE 21 DE JULHO DE 1992.....	525
<i>Regulamenta os arts. 37, inciso XI e 39, § 1º da Constituição Federal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993.....	525
<i>Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993.....	526
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993.....	535
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	571
<i>Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993	599
<i>Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	600
<i>Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do Art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.852, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1994.....	603
<i>Dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994.....	606
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).</i>	
LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	632
<i>Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro.</i>	
LEI Nº 8.958, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1994	636
<i>Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995.....	639
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.021, DE 30 DE MARÇO DE 1995	645
<i>Dispõe sobre a implementação da autarquia Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), criada pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.028, DE 12 DE ABRIL DE 1995.....	645
<i>Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995.....	650
<i>Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.</i>	
LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.....	650
<i>Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995.....	657
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996.....	663
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania.</i>	
LEI Nº 9.277, DE 10 DE MAIO DE 1996.....	663
<i>Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.</i>	
LEI Nº 9.289, DE 4 DE JULHO DE 1996.....	664
<i>Dispõe sobre as custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.307, DE 23 DE SETEMBRO DE 1996.....	665
<i>Dispõe sobre a arbitragem.</i>	
LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.....	669
<i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.</i>	
LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996.....	684
<i>Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.452, DE 20 DE MARÇO DE 1997.....	692
<i>Determina que as Câmaras Municipais sejam obrigatoriamente notificadas da liberação de recursos federais para os respectivos Municípios e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997.....	692
<i>Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 (EXCERTOS).....	694
<i>Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.</i>	
LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.....	708
<i>Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997.....	723
<i>Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997.....	728
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997.....	728
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data.</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 (EXCERTOS).....	732
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998.....	735
<i>Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998.....	748
<i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998.....	751
<i>Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.704, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998	766
<i>Institui normas relativas ao exercício, pelo Advogado-Geral da União, de orientação normativa e de supervisão técnica sobre os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União.</i>	
LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	766
<i>Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999 (EXCERTOS)	768
<i>Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999.....	772
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	777
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.801, DE 14 DE JUNHO DE 1999	780
<i>Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	780
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.</i>	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	783
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	784
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.</i>	
LEI Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000 (EXCERTOS)	785
<i>Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000.....	788
<i>Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000 (EXCERTOS)	802
<i>Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico.</i>	
LEI Nº 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	805
<i>Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000.....	812
<i>Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 9.990, DE 21 DE JULHO DE 2000.....	815
<i>Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que altera a legislação tributária federal.</i>	
LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001 (EXCERTOS)	828
<i>Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001	840
<i>Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001.....	847
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.</i>	

LEI Nº 10.308, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2001	860
<i>Dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação, a fiscalização, os custos, a indenização, a responsabilidade civil e as garantias referentes aos depósitos de rejeitos radioativos, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.309, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2001	862
<i>Dispõe sobre a assunção pela União de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de empresas aéreas brasileiras.</i>	
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.....	863
<i>Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003.....	865
<i>Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do Sisnama.</i>	
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.....	866
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 10.744, DE 9 DE OUTUBRO DE 2003	874
<i>Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.</i>	
LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004	883
<i>Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	885
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005.....	891
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005.....	894
<i>Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.204, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2005	899
<i>Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	904
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007.....	904
<i>Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978.</i>	
LEI Nº 11.473, DE 10 DE MAIO DE 2007.....	926
<i>Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública e revoga a Lei 10.277, de 10 de setembro de 2001.</i>	
LEI Nº 11.481, DE 31 DE MAIO DE 2007.....	927
<i>Dá nova redação a dispositivos das Leis nº 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008 (EXCERTOS)	928
<i>Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.007, DE 29 DE JULHO DE 2009.....	947
<i>Dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	948
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009	951
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010	952
<i>Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010	959
<i>Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.</i>	
LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010	964
<i>Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.353, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010	973
<i>Dispõe sobre a participação de empregados nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	974
<i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	989
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXCERTOS)	995
<i>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012	1011
<i>Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.598, DE 21 DE MARÇO DE 2012	1022
<i>Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa; altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012	1026
<i>Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que menciona; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.682, DE 9 DE JULHO DE 2012	1040
<i>Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.</i>	
LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012	1041
<i>Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.767, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012	1047
<i>Dispõe sobre a extinção das concessões de serviço público de energia elétrica e a prestação temporária do serviço e sobre a intervenção para adequação do serviço público de energia elétrica; altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 11.508, de 20 de julho de 2007, 11.484, de 31 de maio de 2007, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.492, de 10 de setembro de 1997, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013.....	1050
<i>Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001.</i>	
LEI Nº 12.815, DE 5 DE JUNHO DE 2013	1061
<i>Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis nºs 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis nºs 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis nºs 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013.....	1070
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 12.879, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2013	1073
<i>Dispõe sobre a gratuidade dos atos de registro, pelas associações de moradores, necessários à adaptação estatutária à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e para fins de enquadramento dessas entidades como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.</i>	
LEI Nº 12.883, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013	1073
<i>Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho.</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014.....	1073
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.</i>	
LEI Nº 13.022, DE 8 DE AGOSTO DE 2014	1085
<i>Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.</i>	
LEI Nº 13.089, DE 12 DE JANEIRO DE 2015.....	1087
<i>Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015	1093
<i>Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.</i>	
LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 (EXCERTOS)	1096
<i>Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).</i>	
LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	1119
<i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016	1136
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016	1137
<i>Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016.....	1154
<i>Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas.</i>	
LEI Nº 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016.....	1154
<i>Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.....	1168
<i>Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.</i>	
LEI Nº 13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017	1169
<i>Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 13.448, DE 5 DE JUNHO DE 2017	1171
<i>Estabelece diretrizes gerais para prorrogação e relicitação dos contratos de parceria definidos nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário da administração pública federal, e altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.</i>	
LEI Nº 13.460, DE 26 DE JUNHO DE 2017	1175
<i>Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.</i>	
LEI Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 (EXCEROTOS)	1178
<i>Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012, 13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-leis nºs 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018	1187
<i>Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.</i>	
LEI Nº 13.656, DE 30 DE ABRIL DE 2018	1187
<i>Isenta os candidatos que especifica do pagamento de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta da União.</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	1187
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).</i>	
LEI Nº 13.726, DE 8 DE OUTUBRO DE 2018	1205
<i>Racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação.</i>	
LEI Nº 13.800, DE 4 DE JANEIRO DE 2019	1206
<i>Autoriza a administração pública a firmar instrumentos de parceria e termos de execução de programas, projetos e demais finalidades de interesse público com organizações gestoras de fundos patrimoniais; altera as Leis nºs 9.249 e 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e 12.114 de 9 de dezembro de 2009; e dá outras providências.</i>	
LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019 (EXCEROTOS)	1219
<i>Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.</i>	
LEI Nº 13.867, DE 26 DE AGOSTO DE 2019	1223
<i>Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, para possibilitar a opção pela mediação ou pela via arbitral para a definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública, nas condições que especifica.</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	1223
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).</i>	
LEI Nº 13.872, DE 17 DE SETEMBRO DE 2019	1226
<i>Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.</i>	
LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019	1226
<i>Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências.</i>	

LEI Nº 13.934, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019	1229
<i>Regulamenta o contrato referido no § 8º do art. 37 da Constituição Federal, denominado "contrato de desempenho", no âmbito da administração pública federal direta de qualquer dos Poderes da União e das autarquias e fundações públicas federais.</i>	
LEI Nº 13.999, DE 18 DE MAIO DE 2020.....	1231
<i>Institui o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), para o desenvolvimento e o fortalecimento dos pequenos negócios; e altera as Leis nºs 13.636, de 20 de março de 2018, 10.735, de 11 de setembro de 2003, e 9.790, de 23 de março de 1999.</i>	
LEI Nº 14.026, DE 15 DE JULHO DE 2020.....	1236
<i>Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.</i>	
LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020.....	1252
<i>Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de softwares desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.</i>	
LEI Nº 14.126, DE 22 DE MARÇO DE 2021	1254
<i>Classifica a visão monocular como deficiência sensorial, do tipo visual.</i>	
LEI Nº 14.129, DE 29 DE MARÇO DE 2021	1255
<i>Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1261
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</i>	
LEI Nº 14.172, DE 10 DE JUNHO DE 2021	1305
<i>Dispõe sobre a garantia de acesso à internet, com fins educacionais, a alunos e a professores da educação básica pública.</i>	
LEI Nº 14.341, DE 18 DE MAIO DE 2022.....	1321
<i>Dispõe sobre a Associação de Representação de Municípios; e altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).</i>	
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023	1330
<i>Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020.</i>	
LEI Nº 14.768, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2023	1354
<i>Define deficiência auditiva e estabelece valor referencial da limitação auditiva.</i>	
LEI Nº 14.965, DE 9 DE SETEMBRO DE 2024.....	1355
<i>Dispõe sobre as normas gerais relativas a concursos públicos.</i>	
LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025	1359
<i>Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014.</i>	
▪ DECRETOS	
DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932.....	354
<i>Regula a prescrição quinquenal.</i>	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972.....	429
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências.</i>	

DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994.....	604
<i>Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.</i>	
DECRETO Nº 2.487, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1998.....	729
<i>Dispõe sobre a qualificação de autarquias e fundações como Agências Executivas, estabelece critérios e procedimentos para a elaboração, acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão e dos planos estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional das entidades qualificadas e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 2.488, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1998.....	731
<i>Define medidas de organização administrativa específicas para as autarquias e fundações qualificadas como Agências Executivas e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000.....	815
<i>Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.</i>	
DECRETO Nº 4.250, DE 27 DE MAIO DE 2002.....	862
<i>Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.</i>	
DECRETO Nº 4.942, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003.....	875
<i>Regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, de que trata o art. 66 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, a aplicação das penalidades administrativas, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.035, DE 5 DE ABRIL DE 2004.....	882
<i>Regulamenta a Lei nº 10.744, de 9 de outubro de 2003, que dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos, contra aeronaves de matrícula brasileira e operadas por empresas brasileiras de transporte aéreo público, excluídas as empresas de táxi aéreo.</i>	
DECRETO Nº 5.411, DE 6 DE ABRIL DE 2005.....	893
<i>Autoriza a integralização de cotas no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP, mediante ações representativas de participações acionárias da União em sociedades de economia mista disponíveis para venda e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006.....	900
<i>Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades – CONCIDADES, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.017, DE 17 DE JANEIRO DE 2007.....	918
<i>Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos.</i>	
DECRETO Nº 6.029, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007.....	923
<i>Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.160, DE 20 DE JULHO DE 2007.....	928
<i>Regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 23 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, com vistas à regularização das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008.....	931
<i>Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.</i>	
DECRETO Nº 7.174, DE 12 DE MAIO DE 2010.....	956
<i>Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.</i>	
DECRETO Nº 7.203, DE 4 DE JUNHO DE 2010.....	958
<i>Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.</i>	
DECRETO Nº 7.581, DE 11 DE OUTUBRO DE 2011.....	976
<i>Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011.</i>	
DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012.....	1031
<i>Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.</i>	
DECRETO Nº 7.777, DE 24 DE JULHO DE 2012.....	1041
<i>Dispõe sobre as medidas para a continuidade de atividades e serviços públicos dos órgãos e entidades da administração pública federal durante greves, paralisações ou operações de retardamento de procedimentos administrativos promovidas pelos servidores públicos federais.</i>	

DECRETO Nº 7.845, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012	1042
<i>Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.</i>	
DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE JUNHO DE 2013.....	1051
<i>Regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.</i>	
DECRETO Nº 8.428, DE 2 DE ABRIL DE 2015	1090
<i>Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública.</i>	
DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015.....	1107
<i>Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.</i>	
DECRETO Nº 8.539, DE 8 DE OUTUBRO DE 2015.....	1110
<i>Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
DECRETO Nº 8.726, DE 27 DE ABRIL DE 2016	1120
<i>Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.</i>	
DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016.....	1136
<i>Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	
DECRETO Nº 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016.....	1136
<i>Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016.....	1158
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
DECRETO Nº 9.492, DE 5 DE SETEMBRO DE 2018	1198
<i>Regulamenta a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública federal, institui o Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 8.910, de 22 de novembro de 2016, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.</i>	
DECRETO Nº 9.507, DE 21 DE SETEMBRO DE 2018	1201
<i>Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.</i>	
DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018	1203
<i>Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta.</i>	
DECRETO Nº 9.739, DE 28 DE MARÇO DE 2019	1211
<i>Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIOIG.</i>	
DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019.....	1216
<i>Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.</i>	
DECRETO Nº 10.888, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2021.....	1309
<i>Dispõe sobre a publicidade e a transparência das comunicações realizadas entre os órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo federal e o relator-geral do projeto de lei orçamentária anual sobre a execução de recursos decorrentes de emendas.</i>	
DECRETO Nº 10.929, DE 7 DE JANEIRO DE 2022.....	1318
<i>Estabelece procedimento especial para consultas públicas de decretos destinados a regulamentar dispositivo da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.</i>	
DECRETO Nº 11.072, DE 17 DE MAIO DE 2022.....	1318
<i>Dispõe sobre o Programa de Gestão e Desempenho - PGD da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</i>	

DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022	1322
<i>Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.</i>	
DECRETO Nº 11.531, DE 16 DE MAIO DE 2023	1347
<i>Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.</i>	
DECRETO Nº 11.797, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2023	1351
<i>Dispõe sobre o Serviço de Identificação do Cidadão e sobre a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, institui a Câmara- Executiva Federal de Identificação do Cidadão - Cefic.</i>	
DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024	1357
<i>Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</i>	
DECRETO Nº 12.374, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2025	1357
<i>Dispõe sobre os critérios e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, para avaliação de desempenho de servidores ocupantes de cargo público efetivo durante o estágio probatório previsto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.</i>	
■ MEDIDAS PROVISÓRIAS	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001	848
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001	850
<i>Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.</i>	
■ CÓDIGO DE ÉTICA	
CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB	1112
<i>Aprova o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.</i>	
■ REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	1362
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1390
■ REGULAMENTO GERAL	
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	618
<i>Dispõe sobre o Regulamento Geral previsto na Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994.</i>	
■ RESOLUÇÕES	
RESOLUÇÃO STF Nº 661, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2020	1230
<i>Dispõe sobre o envio de comunicações processuais e autos de processos eletrônicos por mensagem eletrônica registrada.</i>	
RESOLUÇÃO STF Nº 693, DE 17 DE JULHO DE 2020	1249
<i>Regulamenta o processo judicial eletrônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal e dá outras providências.</i>	
■ PROVIMENTO	
PROVIMENTO DO CFOAB N. 205/2021	1307
<i>Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia.</i>	

ÍNDICE DAS LEIS POR ASSUNTO

▪ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÍNDICE SISTEMÁTICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	26
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988	29
ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	109
EMENDAS CONSTITUCIONAIS	131

▪ AÇÕES

LEI Nº 4.717, DE 29 DE JUNHO DE 1965	406
<i>Regula a ação popular</i>	
LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985	453
<i>Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (Vetado) e dá outras providências</i>	
LEI Nº 8.038, DE 28 DE MAIO DE 1990	461
<i>Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal</i>	
LEI Nº 8.159, DE 8 DE JANEIRO DE 1991	506
<i>Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995	650
<i>Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações</i>	
LEI Nº 9.099, DE 26 DE SETEMBRO DE 1995	657
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.265, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1996	663
<i>Regulamenta o inciso LXXVII do art. 5º da Constituição, dispondo sobre a gratuidade dos atos necessários ao exercício da cidadania</i>	
LEI Nº 9.494, DE 10 DE SETEMBRO DE 1997	728
<i>Disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública, altera a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.507, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1997	728
<i>Regula o direito de acesso a informações e disciplina o rito processual do habeas data</i>	
LEI Nº 9.868, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1999	780
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal</i>	
LEI Nº 9.882, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1999	784
<i>Dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal</i>	
LEI Nº 11.417, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006	904
<i>Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009	948
<i>Disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.153, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009	951
<i>Dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios</i>	
LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011	989
<i>Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências</i>	

DECRETO Nº 7.845, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012	1042
<i>Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento</i>	
LEI Nº 13.105, DE 16 DE MARÇO DE 2015	154
<i>Código de Processo Civil</i>	
LEI Nº 13.300, DE 23 DE JUNHO DE 2016.....	1136
<i>Disciplina o processo e o julgamento dos mandados de injunção individual e coletivo e dá outras providências</i>	

▪ ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E AGÊNCIAS REGULADORAS

DECRETO-LEI Nº 200, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967	410
<i>Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996.....	684
<i>Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 (EXCERTOS).....	694
<i>Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995</i>	
LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997	708
<i>Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 2.487, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1998	729
<i>Dispõe sobre a qualificação de autarquias e fundações como Agências Executivas, estabelece critérios e procedimentos para a elaboração, acompanhamento e avaliação dos contratos de gestão e dos planos estratégicos de reestruturação e de desenvolvimento institucional das entidades qualificadas e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.649, DE 27 DE MAIO DE 1998.....	751
<i>Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999 (EXCERTOS)	768
<i>Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.961, DE 28 DE JANEIRO DE 2000 (EXCERTOS)	785
<i>Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.984, DE 17 DE JULHO DE 2000 (EXCERTOS).....	802
<i>Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh) e responsável pela instituição de normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico</i>	
LEI Nº 9.986, DE 18 DE JULHO DE 2000	812
<i>Dispõe sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.990, DE 21 DE JULHO DE 2000	815
<i>Prorroga o período de transição previsto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo, e dá outras providências, e altera dispositivos da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, que altera a legislação tributária federal</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001	850
<i>Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências</i>	
LEI Nº 11.182, DE 27 DE SETEMBRO DE 2005	894
<i>Cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 11.204, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2005.....	899
<i>Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências</i>	

LEI Nº 12.351, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2010.....	964
<i>Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, sob o regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e em áreas estratégicas; cria o Fundo Social – FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera dispositivos da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências</i>	
LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016.....	1137
<i>Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</i>	
LEI Nº 13.311, DE 11 DE JULHO DE 2016	1154
<i>Institui, nos termos do caput do art. 182 da Constituição Federal, normas gerais para a ocupação e utilização de área pública urbana por equipamentos urbanos do tipo quiosque, trailer, feira e banca de venda de jornais e de revistas</i>	
LEI Nº 13.334, DE 13 DE SETEMBRO DE 2016	1154
<i>Cria o Programa de Parcerias de Investimentos – PPI; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 8.945, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2016	1158
<i>Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios</i>	
LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019 (EXCERTOS)	1219
<i>Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001</i>	
LEI Nº 14.600, DE 19 DE JUNHO DE 2023.....	1330
<i>Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 14.204, de 16 de setembro de 2021, 11.445, de 5 de janeiro de 2007, 13.334, de 13 de setembro de 2016, 12.897, de 18 de dezembro de 2013, 8.745, de 9 de dezembro de 1993, 9.069, de 29 de junho de 1995, e 10.668, de 14 de maio de 2003; e revoga dispositivos das Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 13.901, de 11 de novembro de 2019, 14.261, de 16 de dezembro de 2021, e as Leis nºs 8.028, de 12 de abril de 1990, e 14.074, de 14 de outubro de 2020</i>	
▪ BENS PÚBLICOS	
DECRETO-LEI Nº 9.760, DE 5 DE SETEMBRO DE 1946.....	372
<i>Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências</i>	
DECRETO-LEI Nº 271, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967	428
<i>Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências</i>	
LEI Nº 6.383, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976.....	437
<i>Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências</i>	
LEI Nº 8.617, DE 4 DE JANEIRO DE 1993	525
<i>Dispõe sobre o mar territorial, a zona contígua, a zona econômica exclusiva e a plataforma continental brasileiros, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.636, DE 15 DE MAIO DE 1998	735
<i>Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências</i>	
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.220, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001	848
<i>Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências</i>	
LEI Nº 11.481, DE 31 DE MAIO DE 2007	927
<i>Dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências</i>	

▪ **DESAPROPRIAÇÃO, REFORMA AGRÁRIA E IMISSÃO DE POSSE, MEIO AMBIENTE E URBANISMO**

DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937	354
<i>Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional</i>	
DECRETO-LEI Nº 3.365, DE 21 DE JUNHO DE 1941	361
<i>Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública</i>	
LEI Nº 4.132, DE 10 DE SETEMBRO DE 1962	397
<i>Define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação</i>	
DECRETO-LEI Nº 1.075, DE 22 DE JANEIRO DE 1970	429
<i>Regula a imissão de posse, início litis, em imóveis residenciais urbanos</i>	
LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979	441
<i>Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências</i>	
LEI Nº 8.257, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991	507
<i>Dispõe sobre a expropriação das glebas nas quais se localizem culturas ilegais de plantas psicotrópicas e dá outras providências</i>	
LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993	535
<i>Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 76, DE 6 DE JULHO DE 1993	597
<i>Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária</i>	
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 (EXCERTOS)	732
<i>Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 5.790, DE 25 DE MAIO DE 2006	900
<i>Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades – CONCIDADES, e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008	931
<i>Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências</i>	

▪ **ELABORAÇÃO DAS LEIS**

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998	733
<i>Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona</i>	

▪ **FINANÇAS PÚBLICAS**

LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964	397
<i>Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000	788
<i>Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 2 DE JULHO DE 2024 (EXCERTOS)	1354
<i>Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação, e a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), para prever o protesto extrajudicial como causa de interrupção da prescrição e para autorizar a administração tributária a requisitar informações a entidades e órgãos públicos ou privados.</i>	

▪ **FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA**

LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993	541
<i>Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências</i>	

LEI Nº 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993	526
<i>Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 75, DE 20 DE MAIO DE 1993	546
<i>Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União</i>	
LEI Nº 9.028, DE 12 DE ABRIL DE 1995	645
<i>Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997	692
<i>Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei nº 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.704, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998	766
<i>Institui normas relativas ao exercício, pelo Advogado-Geral da União, de orientação normativa e de supervisão técnica sobre os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União</i>	
▪ LICITAÇÕES E CONTRATOS	
LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993	571
<i>Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 3.555, DE 8 DE AGOSTO DE 2000	815
<i>Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns</i>	
LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002	863
<i>Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 (EXCERTOS)	902
<i>Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999</i>	
DECRETO Nº 6.017, DE 17 DE JANEIRO DE 2007	918
<i>Regulamenta a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos</i>	
LEI Nº 12.232, DE 29 DE ABRIL DE 2010	952
<i>Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 7.174, DE 12 DE MAIO DE 2010	956
<i>Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União</i>	
LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011	974
<i>Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998</i>	
DECRETO Nº 8.538, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015	1107
<i>Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal</i>	
LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021	1261
<i>Lei de Licitações e Contratos Administrativos</i>	

DECRETO Nº 11.531, DE 16 DE MAIO DE 2023	1347
<i>Dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão</i>	
DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024	1357
<i>Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.</i>	

▪ ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994	606
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)</i>	
REGULAMENTO GERAL DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB	618
<i>Dispõe sobre o Regulamento Geral previsto na Lei n. 8.906, de 04 de julho de 1994.</i>	
RESOLUÇÃO Nº 02/2015, DO CONSELHO FEDERAL DA OAB	1112
<i>Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB</i>	
PROVIMENTO DO CFOAB - 205/2021	1307
<i>Dispõe sobre a publicidade e a informação da advocacia</i>	

▪ ORDEM ECONÔMICA

LEI Nº 9.021, DE 30 DE MARÇO DE 1995	645
<i>Dispõe sobre a implementação da autarquia Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), criada pela Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXCERTOS)	995
<i>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências</i>	

▪ ORDEM SOCIAL

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996	669
<i>Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 29 DE MAIO DE 2001	819
<i>Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 109, DE 29 DE MAIO DE 2001	821
<i>Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências</i>	
LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	866
<i>Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências</i>	
LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017	1168
<i>Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral</i>	

▪ PODER DE POLÍCIA

LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	783
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências</i>	

LEI Nº 12.529, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2011 (EXCERTOS)	995
<i>Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências</i>	
LEI Nº 13.425, DE 30 DE MARÇO DE 2017	1169
<i>Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências</i>	
▪ PRESCRIÇÃO	
DECRETO Nº 20.910, DE 6 DE JANEIRO DE 1932	354
<i>Regula a prescrição quinquenal</i>	
DECRETO-LEI Nº 4.597, DE 19 DE AGOSTO DE 1942	368
<i>Dispõe sobre a prescrição das ações contra a Fazenda Pública e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999	783
<i>Estabelece prazo de prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências</i>	
▪ PRIVATIZAÇÃO	
LEI Nº 9.491, DE 9 DE SETEMBRO DE 1997	723
<i>Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências</i>	
▪ PROCESSO ADMINISTRATIVO	
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972	429
<i>Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.784, DE 29 DE JANEIRO DE 1999	772
<i>Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal</i>	
DECRETO Nº 4.942, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003	875
<i>Regulamenta o processo administrativo para apuração de responsabilidade por infração à legislação no âmbito do regime da previdência complementar, operado pelas entidades fechadas de previdência complementar, de que trata o art. 66 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, a aplicação das penalidades administrativas, e dá outras providências</i>	
▪ RESPONSABILIDADE E ABUSO DE AUTORIDADE	
LEI Nº 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950	386
<i>Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento</i>	
LEI Nº 1.579, DE 18 DE MARÇO DE 1952	392
<i>Dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito</i>	
DECRETO-LEI Nº 201, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967	426
<i>Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	1070
<i>Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018	1187
<i>Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)</i>	
LEI Nº 13.869, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019	1223
<i>Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)</i>	

▪ SERVIÇOS PÚBLICOS

LEI Nº 7.783, DE 28 DE JUNHO DE 1989	459
<i>Dispõe sobre o exercício do direito de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995	639
<i>Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995	650
<i>Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.277, DE 10 DE MAIO DE 1996	663
<i>Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais</i>	
LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998	748
<i>Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999	777
<i>Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004	885
<i>Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública</i>	
LEI Nº 11.107, DE 6 DE ABRIL DE 2005	891
<i>Dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 5.411, DE 6 DE ABRIL DE 2005	893
<i>Autoriza a integralização de cotas no Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP, mediante ações representativas de participações acionárias da União em sociedades de economia mista disponíveis para venda e dá outras providências</i>	
LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007	904
<i>Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014	1073
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999</i>	
DECRETO Nº 8.428, DE 2 DE ABRIL DE 2015	1090
<i>Dispõe sobre o Procedimento de Manifestação de Interesse a ser observado na apresentação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos, por pessoa física ou jurídica de direito privado, a serem utilizados pela administração pública</i>	

▪ SERVIDORES PÚBLICOS

LEI Nº 4.769, DE 9 DE SETEMBRO DE 1965	408
<i>Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 6.226, DE 14 DE JULHO DE 1975	436
<i>Dispõe sobre a contagem recíproca de tempo de serviço público federal e de atividade privada, para efeito de aposentadoria</i>	
LEI Nº 8.027, DE 12 DE ABRIL DE 1990	460
<i>Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	484
<i>Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais</i>	
LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992	508
<i>Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências</i>	

LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993	600
<i>Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994	604
<i>Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal</i>	
LEI Nº 8.935, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1994	632
<i>Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro</i>	
LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998	766
<i>Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.801, DE 14 DE JUNHO DE 1999	780
<i>Dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa e dá outras providências</i>	
LEI Nº 9.962, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2000	788
<i>Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 103, DE 14 DE JULHO DE 2000	801
<i>Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22</i>	
LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004	883
<i>Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nºs 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências</i>	
DECRETO Nº 6.029, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007	923
<i>Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.618, DE 30 DE ABRIL DE 2012	1026
<i>Institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive os membros dos órgãos que mencionam; fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões pelo regime de previdência de que trata o art. 40 da Constituição Federal; autoriza a criação de 3 (três) entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud); altera dispositivos da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004; e dá outras providências</i>	
LEI Nº 12.883, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2013	1073
<i>Dispõe sobre a criação de cargos de membro, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério Público do Trabalho</i>	
LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014	1073
<i>Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999</i>	
LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015	1120
<i>Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal</i>	
DECRETO Nº 8.737, DE 3 DE MAIO DE 2016	1136
<i>Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990</i>	
DECRETO Nº 9.508, DE 24 DE SETEMBRO DE 2018	1203
<i>Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta</i>	
LEI Nº 15.142, DE 3 DE JUNHO DE 2025	1359
<i>Reserva às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas o percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União e nos processos seletivos simplificados para o recrutamento de pessoal nas hipóteses de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público para os órgãos da administração pública federal direta, as autarquias e as fundações públicas; e revoga a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014</i>	

▪ **JUIZADOS ESPECIAIS E GRATUIDADE DE JUSTIÇA**

LEI Nº 1.060, DE 5 DE FEVEREIRO DE 1950	385
<i>Estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados</i>	
LEI Nº 10.259, DE 12 DE JULHO DE 2001	847
<i>Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal</i>	

▪ **DIREITO DE RESPOSTA**

LEI Nº 13.188, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2015	1119
<i>Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social</i>	

▪ **REGIMENTOS INTERNOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES**

REGIMENTO INTERNO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF	1362
REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ	1390

▪ **SÚMULAS**

SÚMULAS VINCULANTES.....	1428
SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF.....	1431
SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ	1449
SÚMULAS DO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS – TFR (EXTINTO)	1466